

Informação

[Projeto de resolução n.º 675/XIII/2.ª](#)
(GP/PCP)

Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 16/05/2017.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o [projeto de resolução n.º 675/XIII/2.^a](#) — Recomenda o reforço de meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática —, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR), tendo sido admitido e baixado à Comissão no dia 22 de fevereiro de 2017.

1. A discussão da iniciativa ocorreu na reunião da Comissão de 16 de maio de 2017.
2. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou este projeto de resolução tendo em conta a situação atual do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática.
3. Disse também que o nosso país é um «país de mar» e que, comparativamente à nossa dimensão, temos uma costa enorme, sendo a nossa Zona Económica Exclusiva a maior do mundo. Trata-se de um património muito vasto que exige um profundo conhecimento especializado e técnico, com as devidas condições de trabalho. Saliu, a este propósito, que neste momento o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática é uma estrutura organicamente reduzida, quase informal dentro da própria Direção-Geral do Património Cultural, registando-se um enorme desequilíbrio entre a quantidade de atribuições de que dispõe e o número de trabalhadores que lhe estão afetos para dar resposta às suas inúmeras obrigações. Até novembro de 2016 o CNANS tinha apenas um único arqueólogo e dois técnicos de Arqueologia, não dispondo no seu quadro de conservadores-restauradores e técnicos de conservação e restauro. A este respeito o Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento de que recentemente abriu um concurso para o recrutamento de mais um trabalhador para reforçar a equipa, o que é manifestamente insuficiente para dar resposta ao cumprimento da legislação nacional e aos compromissos internacionais.
4. Por outro lado, frisou que as atuais instalações do CNANS, que se encontram no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), assumidamente de caráter provisório, não se adequam às funções que têm de ser desempenhadas. Para além disso, o senhorio denunciou o contrato de arrendamento, tendo solicitado ao CNANS para desocupar rapidamente o local. Daí tornar-se imperioso encontrar uma alternativa para que possa ser garantida a respetiva transferência dos bens e assegurada a integridade dos bens arqueológicos que estão ali à sua guarda.
5. Atendendo a todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PCP não pode deixar de recomendar ao Governo que proceda ao reforço dos meios de funcionamento

e dos recursos humanos do CNANS para que se possa promover a sua abertura à investigação nacional e internacional e ao público em geral.

6. O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) mencionou que o Grupo Parlamentar do BE acompanha esta recomendação do Grupo Parlamentar do PCP e que vê com muita preocupação a situação em que se encontra o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática. Para o Grupo Parlamentar do BE é absolutamente razoável que, de imediato, se proceda ao reforço do pessoal para manter em funcionamento a estrutura e a reestruturação do próprio CNANS. Finalmente, salientou a necessidade de desenvolver um programa de promoção, sensibilização e divulgação da arqueologia náutica e subaquática do nosso país.
7. O Senhor Deputado António Cardoso (PS) disse que Grupo Parlamentar do PS também acompanha esta iniciativa, na medida em que o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática se confronta com diversas carências ao nível dos seus recursos humanos e ao nível das suas instalações e equipamentos.
8. O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD acompanha esta preocupação. É um tema de particular importância e é imperioso que o património subaquático português seja valorizado. O Grupo Parlamentar do PSD espera que este projeto de resolução não caia no esquecimento, tal como tem acontecido com muito outros.
9. A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) disse que o Grupo Parlamentar do CDS-PP também acompanha este projeto de resolução para que de facto sejam reforçados os meios de funcionamento do Centro Nacional de Arqueologia, designadamente em matéria de recursos humanos e meios materiais. Adiantou também que o que agora se discute a respeito da descentralização e a descentralização no âmbito da cultura deve ser visto à luz de necessidades como estas. No que diz respeito à cultura, há que ter em atenção que a descentralização pode prejudicar muitos destes centros, designadamente ao nível dos recursos humanos.
10. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível no projeto de resolução referido, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Edite Estrela)